



Interface - Comunicação, Saúde, Educação

ISSN: 1414-3283

interface@fmb.unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

Souza, Eliane S.

Educação Popular e Saúde: cidadania compartilhada

Interface - Comunicação, Saúde, Educação, vol. 5, núm. 8, febrero, 2001, pp. 135-136

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180114093012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Educação Popular e Saúde: cidadania compartilhada

People education and healthcare: shared citizenship



Eliane S. Souza¹

Entro, com alegria, neste debate. O texto do Prof. Eymard Vasconcelos é desafiante. Deixei-me levar pelas suas reflexões, refleti com ele. Nesse fazer, encontrei vários atalhos possíveis de serem tomados. Optei pelo caminho de uma discussão que me parece promissora, ainda que apenas esboçada no seu texto. Refiro-me a sua afirmação de que a Educação Popular não é educação informal.

Reflexões recentes sobre o ensino universitário das ações coletivo-educativas no campo da Saúde Bucal Coletiva² permitem-me fazer, aqui, uma distinção rápida entre educação informal, formal e não-formal para, então, situar a apropriação do conhecimento que se dá neste movimento social que congrega, entre outros atores, profissionais de saúde e usuários dos serviços de saúde – a Educação Popular e Saúde – e, por fim, esboçar brevemente algumas implicações deste entendimento.

A educação informal pode ser entendida como educação não intencional decorrente de processos espontâneos na trajetória dos indivíduos em interação com a família e nas demais experiências de vida. Por sua vez, a educação formal, isto é, a educação escolar, que não está necessariamente associada à educação domesticadora, se impôs na modernidade quando o conhecimento se tornou um meio de produção e um produto cada vez mais elaborado. Desde então, não podemos deixar de nos referir a ela como um direito que queremos ver universalizado, já que é aí que podemos nos apropriar das chaves da elaboração da produção historicamente sistematizada. Portanto, a educação escolar não deveria ser pensada como sinônimo de autoritarismo, pois a apropriação da nossa herança cultural, inclusive dos clássicos, não é incompatível com a autonomia e com a criatividade (Saviani, 1997). Sequer caberia pensá-la como educação para a subordinação, ainda que venha se apresentando como tal na escola pública brasileira, herdeira do tecnicismo instituído pelos governos militares pós 64.

Já a educação não-formal é a educação pela prática social que se dá nas ações coletivas que caracterizam os movimentos sociais e que tem na

² Cf. SOUZA, Eliane S. O trabalho educativo em saúde bucal coletiva: o espaço do conhecimento interessado. Campinas, Faculdade de Educação da UNICAMP, novembro de 2000. Projeto de pesquisa.

¹ Professora da Faculdade de Odontologia, Universidade Federal da Bahia. Doutoranda em Educação na Unicamp. <ess@ufba.br>

cidadania coletiva o seu primeiro objetivo, “*a educação não-formal tem sempre um caráter coletivo, passa por um processo de ação grupal, é vivida como práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente*” (Gohn, 1999, p.104).

Entendo, em sintonia com o texto do Professor Eymard, a Educação Popular e Saúde como um movimento social tributário do movimento da Educação Popular dos anos sessenta e dos movimentos sociais populares dos anos setenta/oitenta, os quais percebo, depois da leitura de Gohn (1994), como formas renovadas de Educação Popular. Estamos, então, no âmbito da educação não-formal, cujo propósito é a cidadania compartilhada que se constrói no processo de identidade político-cultural gerado nas lutas cotidianas.

Se concordarmos que a cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas, como reflete Gohn (1994) a partir de contribuição de Paulo Freire, teremos, aí, um conceito com significativo potencial analítico no entendimento das práticas de Educação Popular e Saúde. Esse cidadão coletivo se refere a grupos que lutam por direitos sociais tais como os direitos humanos básicos - saúde, educação, moradia - mas se refere, ainda, a outros grupos que, em que pese ocuparem lugares diferenciados no processo de divisão do trabalho e de distribuição de bens de consumo, também lutam por direitos civis, pela paz, pela Ecologia (Gohn, 1994), enfim, por uma cidadania compartilhada. Não são esses grupos, com origens de classe distintas, que se confrontam e se articulam, em amplos pactos, no movimento social pela saúde que aqui abordamos?

Sob esta perspectiva, a Educação Popular e Saúde é vista como um novo movimento social - o movimento social pela vida - portanto, uma ação de construção de hegemonia, por isso pedagógica na sua especificidade política, ainda que, como explicitado na sua denominação e exposto no texto do Prof. Eymard Vasconcelos, mantenha um vínculo afetivo, ético e metodológico com suas origens.

Referências bibliográficas

- GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.
 GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
 SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**. Primeiras aproximações. 6.ed. Campinas: Autores associados, 1997.

Recebido para publicação em: 29/11/00.
 Aprovado para publicação em: 22/12/00.

